

Divergência nos cortes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, descartaram ontem aumentar o superávit primário (economia para pagar parte dos juros da dívida pública). A idéia de parte da equipe do ministro da Fazenda, Guido Mantega, era elevar o superávit, fazendo um contingenciamento maior nas despesas deste ano do que o negociado com o Congresso. Dessa forma, o consumo do governo seria contido, o que poderia contribuir no controle da inflação, tornando desnecessária uma elevação dos juros pelo Banco Central (BC).

Temendo prejuízos aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Lula não se convenceu dos benefícios da medida. Ontem, depois do encontro com o presidente da Eslovênia, Danilo Türk, Lula foi questionado sobre uma eventual alta no esforço fiscal. "Superávit? Não. De forma alguma", respondeu.

Segundo técnicos ouvidos pelo Correio, a equipe econômica continua se desentendendo em torno do tamanho do contingenciamento das despesas. Mantega pressiona por R\$ 20 bilhões para compensar as perdas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Bernardo prefere cumprir o acordo com o Congresso Nacional, que implica cortes temporários no orçamento no valor de R\$ 12 bilhões. Lula vai decidir a disputa numa reunião pré-marcada para segunda-feira que vem. Uma alternativa é cortar R\$ 12 bilhões e deixar R\$ 8 bilhões numa reserva de contingência, que seria usada aos poucos para suprir necessidades emergenciais do governo. (RA)